

Mobilização contínua!

As negociações com os sindicatos patronais se encerraram e a decisão unânime na assembleia do dia 15/11 foi de não ter nenhum acordo que não reponha o poder de compra dos salários. Agora é acordo por empresa.

E de lá para cá, além das empresas já divulgadas nos jornais do Sindicato, foram mais de 220 empresas onde se fechou acordo com reposição total das perdas inflacionárias.

Na duas plantas da Mabe, por exemplo, na quarta-feira, dia 02, haverá assembleia para apreciação da nova proposta de reajuste salarial feita pela empresa.

É preciso enfrentar os patrões e as propostas de seus aliados

Esse ano, e no ano que vem poderá ser ainda pior, as negociações foram

muito difíceis, pois com a queda da produção em alguns setores, enquanto patrões chantageiam com ameaças de demissões, centrais sindicais pelegas e sindicatos de metalúrgicos como o de São Paulo, ligados à Força Sindical, o Sindicato de São Bernardo do Campo, e a Federação de Metalúrgicos, ligados à CUT, aceitaram acordos rebaixados, e, em vários casos, redução de salários de até 30% com o PPE.

No nosso salário, não!

Na assembleia do dia 21/06, seguindo a orientação da direção do Sindicato, por unanimidade ficou decidido que nenhum acordo seria feito que envolvesse redução de salários. Agora, começam a aparecer sentenças nos Tribunais dizendo que nenhuma redução é possível sem que haja acordo com o Sindicato.



Nas duas plantas da Mabe, em Campinas e Hortolândia, a assembleia para apreciação da proposta da empresa será nesta quarta-feira, 02/12



Veja o caso da Villares que em 2009 reduziu salários, e da Usiminas, em Ipatinga.

Villares

Alegando dificuldades causadas pela crise econômica mundial de 2008, nos meses de junho, julho e agosto de 2009, a Villares reduziu a jornada de trabalho com redução de salários em 20%. O Sindicato, desde o início, foi contrário à redução, posição defendida inclusive em assembleia extraordinária com os trabalhadores na qual ficou definido que jamais aceitaríamos flexibilização e que não abriríamos mão de nossos direitos. A empresa não teve dúvida: pressionou os trabalhadores através das chefias a assinarem uma lista aceitando um acordo de redução de jornada e de salários. O acordo foi fechado de forma unilateral, isto é, sem acordo coletivo com o Sindicato. O Sindicato entrou com processo judicial e, agora em novembro saiu a sentença condenando a empresa, e garantindo aos trabalhadores o pagamento da diferença salarial, que foi arbitrariamente descontada.

Ipatinga

Caso semelhante aconteceu este ano na Usiminas, em Ipatinga/MG. A empresa até tentou reduzir jornada e salário dos trabalhadores, mas também foi impedida por decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores, comprovando o que o Sindicato e a Intersindical vinham denunciado, que a proposta da Usiminas não era para preservar empregos e sim para reduzir salários e direitos dos trabalhadores. Depois de uma audiência pública na Câmara Municipal de lá, na qual a empresa entregou que continuaria demitindo mesmo depois da redução salarial, ou seja, que não havia qualquer garantia de emprego, e que depois das demissões viriam “naturalmente” contratações com salários rebaixados, a decisão do Tribunal foi de que cabe ao Sindicato a defesa dos interesses dos trabalhadores, sendo que nenhuma decisão de redução de salário e de direitos poderia ser efetuada sem anuência do Sindicato.

Este é o caminho; ampliar a mobilização, buscar acordos por empresas superiores às propostas dos sindicatos patronais e não permitir que patrões aumentem seus lucros reduzindo os nossos já baixos salários.

Algumas empresas insistem em passar listas, orientadas por RH, doidos para puxar o saco dos acionistas e aumentar seus dividendos, enquanto chantageiam os trabalhadores com ameaças de demissões. Para essas empresas, a mobilização continua. E vamos à luta, inclusive no Judiciário onde no mínimo ficaram com um grande passivo trabalhista que mesmo com a demora dos processos que defendem nossos direitos, em algum momento terão que pagar.



Assembleia de Prestação de Contas

**Dia 4/12,
sexta-feira
às 18h.**

**Sua presença é
muito importante!
Participe!**

Local: Sede Central do Sindicato, à Rua Dr. Quirino, 560, Centro, Campinas

Ao longo do ano, todas as decisões tomadas pelo Sindicato são anteriormente apresentadas em assembleia para aprovação dos trabalhadores.

Agora, como acontece sempre no mês de dezembro, apresentaremos a prestação de contas, dando a cada companheiro e com-

panheira a possibilidade de esclarecer qualquer questão ou dúvida a respeito da estrutura e das finanças do Sindicato.

Assim, os trabalhadores terão a oportunidade de saber sobre as contas do exercício anual e o balanço de 2014, e também a proposta orçamentária para 2016.

Ou seja, todos poderão saber como e onde são investidos os recursos do Sindicato.

Transparência

A assembleia de prestação de contas faz parte da política do Sindicato em manter a relação transparente com a categoria e preser-

var a independência frente a governos e patrões. Portanto, para darmos continuidade à nossa luta em defesa dos interesses da categoria, é importante que você tenha conhecimento da situação financeira e possa decidir como será a aplicação desses recursos.

Estudantes enfrentam truculência do Governo Alckmin e da sua PM



Fotos: Roberto Parizotti / Fotos Públicas

Mais de 200 escolas no estado de São Paulo, 9 em Campinas, estão ocupadas por estudantes secundaristas, contando com apoio de famílias, professores, funcionários e da comunidade que resistem à reorganização escolar, proposta pelo governo do estado para 2016, para impedir o fechamento de 93 unidades. Lembrando que o setor da educação foi uma das áreas mais atingidas pelo corte orçamentário e que só em São Paulo, o governador Alckmin pretende reduzir em R\$ 2 bilhões o orçamento destinado para a Secretaria Estadual de Educação para o próximo ano. Nominalmente é a mesma aprovada para este ano: R\$ 28,4 bilhões, porém

sem a correção da inflação nos últimos 12 meses que pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), que foi de 7,06%.

O governador Alckmin tenta enfiar goela baixo da população a "reorganização" que, com fechamento de salas de aula e redistribuição de estudantes por ciclos, atingirá 74 mil professores e 311 mil alunos e seus familiares. Tudo determinado sem diálogo algum com os envolvidos.

Alckmin decreta "guerra" às escolas ocupadas

Para conseguir seu feito, tem usado com sempre faz a força da PM tentando

criminalizar o movimento: além do spray de pimenta, muitos apanharam, foram algemados e presos no protesto pelo direito à educação de qualidade. Em áudio vazado durante reunião da Secretaria da Educação, realizada em 29/11, e publicado nas redes sociais, dirigentes de ensino receberam instruções sobre como deverão agir para desmobilizar a luta, desqualificar o movimento e quebrar a resistência de alunos, inclusive utilizando o apoio da Polícia Militar.

O Sindicato é solidário ao movimento dos estudantes e professores e está disponibilizando, inclusive, espaço para a organização da mobilização.

